



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS – TRE/AM

ORIENTAÇÕES INICIAIS:

- 1º - Este formulário dará início aos pedidos de contratações junto a SAO e deverá ser incluído **obrigatoriamente** no PAD juntamente como Termo de Referência/Projeto Básico.
- 2º - Este formulário é documento que contém informações necessárias para realização do procedimento licitatório, bem como identifica aspectos a serem observados na elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.
- 3º - **Por se tratar de documento simplificado este estudo preliminar não atende aos seguintes casos, devendo ser utilizado apenas como documento complementar:**
- i) Contratação de soluções de tecnologia da informação (prestação de serviço ou aquisição), os quais devem observar legislação própria (IN nº 4/2014 - MP/SLTI ou outra que o TSE venha a exigir);
 - ii) Contratações mais complexas que exijam análises mais detalhadas, conforme a verificação pela própria unidade requisitante ou determinação da SAO. Para esses casos deve ser utilizado o Formulário de Estudo Preliminar Completo disponível no site do TSE.
- 4º - Para marcar os campos deste formulário basta clicar com o curso no meio do círculo e digitar a letra "X".
- 5º - A unidade requisitante no caso de dúvida acerca de temas relacionados à contratação poderá acessar a SESEG

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

I. DADOS DO PROCESSO									
Processo nº: PAD_152/2022									
Assunto: Contratação de PJ para prestação de serviços de Sustentação de Solução de Telefonia IP -n Garantia e Manutenção de Central Telefônica VoIp física, atualmente em uso no TRE/AM, da fabricante AVAYA, mediante procedimento licitatório - Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2001, e de acordo com as condições, especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência nº 08/2022 - SESEG									
Unidade Requisitante: COINF/SAO									
Unidade(s) Demandante(s):	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> A unidade requisitante centralizou as solicitações: Na SESEG/SAO								
Fiscais previamente indicados:	<table><tr><td>Nome:</td><td>Seção:</td></tr><tr><td>Michael de Souza Cruz</td><td>SERDB/STI</td></tr><tr><td>Marcelo de Jesus Ferreira</td><td>SERET/STI</td></tr><tr><td>Rodrigo Pinto de Carvalho</td><td>COINF/STI</td></tr></table>	Nome:	Seção:	Michael de Souza Cruz	SERDB/STI	Marcelo de Jesus Ferreira	SERET/STI	Rodrigo Pinto de Carvalho	COINF/STI
Nome:	Seção:								
Michael de Souza Cruz	SERDB/STI								
Marcelo de Jesus Ferreira	SERET/STI								
Rodrigo Pinto de Carvalho	COINF/STI								

II. OBJETO	
Natureza do Objeto:	<input type="checkbox"/> Prestador de Serviço <input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Prestação de Serviços + Aquisição
Descrição Sucinta do objeto	Contratação de PJ para prestação de serviços de Sustentação de Solução de Telefonia IP -n Garantia e Manutenção de Central Telefônica VoIp física, atualmente em uso no TRE/AM, da fabricante AVAYA, por meio de Pregão Eletrônico.

III. QUANTIDADE A SER CONTRATADA	
Definir a quantidade necessárias para atender a demanda	A quantidade a ser contratada está bem delineada na descrição constante do TR no item I, dados do processo, pois trata-se de um lote com vários itens.
Detalhar os critérios utilizados para se chegar à quantidade solicitada, fazendo constar memória de	O quantitativo foi encontrado com base nas experiências adquiridas por meio de órgãos que utilizam essa mesma tecnologia, bem como do fabricante já referido no item I – dados do processo. Suporte: ANTT – Agência de Transporte Terrestre, SUTEC – Superintendência de Tecnologia

legislação afeta ao objeto a ser contratado. Não é necessário especificar aqui a legislação referente a licitação]	objeto a ser contratado. <input checked="" type="checkbox"/> Existem as seguintes legislações afetas ao objeto a ser contratado: Item 11.1 – IN SLTI/MP n.º 1/2010 e Decreto n.º 7.746/2012 e Item 3.1 - Serviços que serão executados pela Contratada têm natureza continuada - conforme art. 15, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 – TR 08/2022.
Previsão de forma de contratação	<input checked="" type="checkbox"/> Objeto a ser licitado (e.g pregão, concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão) <input type="checkbox"/> Dispensa pelo valor (esmtiva abaixo de R\$ 8.000,00 ou 15.000,00 - para os casos de obras e serviços de engenharia) <input type="checkbox"/> Dispensa de outros caso do art. 24 da Lei n.º 8.666/93. Informar o inciso: II <input type="checkbox"/> Inexigibilidade do art. 25 da Lei n.º 8.666/93. Justificar a inviabilidade de competição
O objeto a ser adquirido levou em consideração algum aspecto sustentável na contratação (Resolução TRE/AM n.º xxxx/xxxx)	<input type="checkbox"/> Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado. <input checked="" type="checkbox"/> Há previsão de aplicação de critério de sustentabilidade (Acesse aqui uma lista de exemplos de critérios de sustentabilidade já utilizados no TRE/AM). Descrever o Critério: Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, bem como Item 11.2 do TR 08/22 <input checked="" type="checkbox"/> O NSAP, busca em todos os projetos, evitar desperdícios de recursos. Na contratação e aquisição desses bens e serviços, há a preocupação com o meio ambiente.
Subcontratação	<input checked="" type="checkbox"/> O objeto deve ser executado única e exclusivamente pela licitante contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado <input type="checkbox"/> Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela licitante contratada. Descrever o que poderá ser subcontratada e o motivo para essa permissão: <input type="checkbox"/> Outras hipóteses . Justificar:
Consórcio	<input checked="" type="checkbox"/> Não é necessário a previsão de participação de empresas de forma consorciada, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada <input type="checkbox"/> É necessária a previsão da possibilidade de participação de empresas consorciadas no edital de licitação, pois o objeto é complexo e/opu demanda das empresas uma grande capacidade econômica para sua execução

V. AQUISIÇÃO (FORNECIMENTO)	
A contratação trata de aquisição de materiais /equipamentos:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário responder aos quesitos deste tópico)

É possível a reserva de 25% das quantidades solicitadas para que sejam adquiridas exclusivamente por ME/EPP (art. 8º do Decreto n.º xxxxx/xxxx)	<input type="checkbox"/> Não se aplica (Nos casos em que a expectativa do valor da contratação estiver abaixo de R\$ 80.000,00) <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Justificar [hipóteses dos incisos do art. 10 ou do caput do art. 8º do citado Decreto]
O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?	<input type="checkbox"/> Não se Aplica <input type="checkbox"/> Sim. Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado: <input type="checkbox"/> Não. Justificar:
A contratação exigirá marca ou modelo de material/equipamento específico:	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não. Várias marcas e modelos presentes no mercado atendem a necessidade da unidade requisitante. <input type="checkbox"/> Sim. Justificar:
Legislação afeta a licitação	<input type="checkbox"/> Não há conhecimento de nenhuma legislação que exija critérios especiais para contratação do objeto. <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.174/2010 – Bens e serviços de informática e automação. <input type="checkbox"/> Aplicação de margem de preferência. Informar a legislação: <input type="checkbox"/> Outras Legislações

ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (Vide Súmula TCU n.º 247)	
É tecnicamente viável dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Inviabiliza o poder de negociação <input type="checkbox"/> Sim.
É economicamente viável dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Perda do poder de negociação com o mercado <input type="checkbox"/> Sim
Não há perda de escala ao dividir a solução?	<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não. Justificar: a escala nesse caso é inegociável <input type="checkbox"/> Sim
Há o melhor aproveitamento do mercado e aplicação da competitividade ao dividir a solução?	<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não. Justificar: Pelo contrário vamos perder competitividade <input type="checkbox"/> Sim
Conclusão	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. <input checked="" type="checkbox"/> Todos ou itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: Uma só entrega, uma só instalação, fácil fiscalização, e maior dinâmica na liquidação da despesa.

VI. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
A contratação trata de prestação de serviços	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário responder aos quesitos desse tópico)
Existe um contrato atual vigente com objeto a ser licitado	<input type="checkbox"/> Sim. A vigência do contrato atual 29/11/2021(Contrato n.º 38/2016) tem previsão de término em 29/11/2021. <input checked="" type="checkbox"/> Não
O novo Termo de Referência estabeleceu alguma melhoria ou alteração substancial em relação à contratação anterior:	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual (is)? Atualização de licença de telefonia IP, atualização dos sistemas de tarifação, bem como garantia do servidor de controle, gerenciamento, instalação e redundância, garantia de Media Gateway, de session border controller.
Será utilizado o Acordo de Nível de Serviço – ANS (§ xx do art. xx da Resolução TRE nº xxxx/xxxx)?	<input type="checkbox"/> Não. Justificar: Será contratado um único serviço e a contratação será por preço global.
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Definir os indicadores de desempenho e correlacionar com impacto no pagamento do serviço (Vide alínea d.3 a d.5 do item 2.6 do Anexo V da IN nº 5/2017-MP). Item 7.5 do Acordo de Níveis de Serviço – TR 08/2022
Haverá possibilidade prorrogação do contrato?	<input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. O produto da contratação está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual (art. 57, I, da Lei nº 8.666/93) <input type="checkbox"/> Sim. A contratação trata de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática (art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93) <input checked="" type="checkbox"/> Sim. A contratação trata de prestação de serviços a serem executados de forma contínua (art 57, II, da Lei nº 8.666/93). Justificar o enquadramento do serviço de prestação continuada (vide art. 15 da IN nº 5/2017-MP): <input type="checkbox"/> Sim. Outras hipóteses . Justificar: O contrato poderá ser prorrogado caso a Administração tenha interesse em aguardar o melhor momento para execução do objeto.
O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado: Observar a proposta da empresa Doc_XXXX/XXXX <input type="checkbox"/> Não. Justificar:

Legislação afeta a licitação	<input type="checkbox"/> Não há conhecimento de nenhuma legislação específica afeta ao objeto a ser contratado. <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.174/2010 – Bens e serviços de informática e automação. <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.983/2013 – Obra ou serviços de engenharia. <input type="checkbox"/> Lei n.º 12.232/2010 – Serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. <input type="checkbox"/> Aplicação de margem de preferência. Informar a legislação: <input type="checkbox"/> Outras legislações afetas ao objeto a ser contratado: Pregão eletrônico 10.520/2001
-------------------------------------	--

ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (Vide Súmula TCU n.º 247 e item 3.8 do Anexo III da IN nº 5/2017 – MP)	
É tecnicamente viável dividir a solução	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.
É economicamente viável dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.
Não há perda de escala ao dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.
Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.
Conclusão	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input type="checkbox"/> É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. <input checked="" type="checkbox"/> Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: Para logística da execução do serviço, economicidade por evitar gastos com diversas mobilização, recebimento do produto final funcionado e garantia

VI.a - SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	
A contratação trata de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário reponder aos quesitos abaixo)
Forma de Aferição/Medição do Serviço	<input type="checkbox"/> Regra – utilização de unidade de medida adequada ao tipo de serviço que será contratado, de forma que permita a mensuração dos resultado para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresa com base na quantidade de horas de serviço ou posto de trabalho (art. 8º, caput e § 1º da Resolução TSE nº 23.234/2010 e item 2.5, d.1, da IN nº 5/2017 – MP) <input type="checkbox"/> Exceção – adoção de critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob

	<p>demanda, bem como para manutenção preventiva. Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado:</p> <p><input type="checkbox"/> Exceção – critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação. Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medidas por resultado:</p> <p><input type="checkbox"/> Outras formas de medição. Descrever e justificar:</p>
<p>O salário dos postos de trabalho não poderá ser inferior ao previsto:</p> <p>(Vide o disposto no art 5º caput e inciso VI da IN nº 05/2017 – MP)</p>	<p><input type="checkbox"/> Não se aplica.</p> <p><input type="checkbox"/> O salário base é o previsto atualmente na Cláusula da CCT/xxxx do Sindicato</p> <p><input type="checkbox"/> O valor mínimo do salário base que será adotado no Termo de Referência justifica-se:</p>
<p>Há previsão de realização horas suplementares?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Justificar:</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>

VII. REGISTRO DE PREÇOS	
A contratação se utilizará de uma ata de registro de preços?	<input checked="" type="checkbox"/> Não . <input type="checkbox"/> Sim
Se for registro de preços, em qual(is) das hipóteses do Art 3º do Decreto nº 7.892/2013 se enquadra:	<input type="checkbox"/> Pelas características do bem ou serviços, há necessidade de contratações frequentes; <input type="checkbox"/> É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; <input type="checkbox"/> É conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou programas de governo; <input type="checkbox"/> Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
Será possível a utilização da ata de registro por órgãos não participantes:	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> É possível a utilização dessa ata por órgão da Justiça eleitoral. Conforme entendimento da SAD, o TSE, órgão central da Justiça Eleitoral, detém estrutura que possibilita um melhor planejamento das contratações, sendo importante o compartilhamento do trabalho realizado no TSE com os demais órgãos desta Justiça. Além disso, é conveniente o compartilhamento das contratações para criar padronização técnica com os regionais, o que permitirá uma maior cooperação entre os órgãos da Justiça Eleitoral. <input type="checkbox"/> Justificativa inclusão de outros órgãos;

VIII. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Resultados Pretendidos	<p>Dotar as Unidades Cartorárias de redudância em telefonia; evitando-se, deste modo, a falta de comunicação em casos de indisponibilida pelo meio atual, principalmente em ano Eleitoral, fato este que ocasionaria prejuizo relevantes durante os procedimentos Eleitorais.</p>

Análise de viabilidade e necessidade da contratação	<input checked="" type="checkbox"/>	Viável e necessária.
	<input type="checkbox"/>	Inviável e /ou desnecessária.

IX. OUTRAS OBSERVAÇÕES	
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há.
<input type="checkbox"/>	Sim. Detalhe abaixo:

X. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO	
Toda a informação presente neste documento é classificada como pública (vide Lei n.º 12.527/2011)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.
	<input type="checkbox"/> Não. Nesse caso é necessária a fundamentação da decisão baseado, no mínimo no seguintes elementos: - Assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa: - Fundamento da classificação (observar os critérios do art. 24 da referida Lei): - Indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites do citado art. 24: - Identificação da autoridade que a classificou:
<p>Classificação decorrente da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Vale frisar alguns pontos importantes da referida Lei:</p> <p>- Caso haja algum indicativo de grau de sigilo, o processo deverá ser encaminhado à autoridade competente para definição do grau de sigilo e de sua respectiva tramitação.</p> <p>- O art. 7º, § 2º . Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa. É assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.</p> <p>- O art. 7º , § 4º. A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art 1º , quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta lei.</p> <p>- Vide arts 23 e 24 da referida Lei para verificar as hipóteses de sigilo e a sua respectiva classificação.</p>	

JOSÉ OCICLÉIO DE MELO
Técnico Judiciário
Seção de Serviços Prediais - SESEP